

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.883 - SP (2019/0251137-1)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : VERA ANTONIA DA ROCHA**  
**ADVOGADO : TIAGO JEPY MATOSO PEREIRA E OUTRO(S) - SP334732**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284 DO STF. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211 DO STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 133-134):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO BASEADA EM FATO JÁ CONHECIDO E DISCUTIDO NA FASE DE CONHECIMENTO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA COISA JULGADA. POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO SIMULTÂNEA DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE COM REMUNERAÇÃO PELO TRABALHO. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de recurso representativo da controvérsia (REsp nº 1.235.513/AL), pacificou o entendimento no sentido de que "nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objeto no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada." 2. In casu, o título judicial condenou o INSS a conceder ao autor o benefício de auxílio -doença, a partir da citação (24/04/2013), nada tendo mencionado a respeito do desconto do período em que a segurada continuou trabalhando.

3. Nos presentes embargos, o INSS alega que, após o termo inicial do benefício, a parte autora continuou trabalhando, tendo vertido contribuições à Previdência Social, na qualidade de segurada empregada, durante todo o período de cálculos (04/2013 a 06/2014). Segundo a autarquia previdenciária, há incompatibilidade de recebimento simultâneo do benefício com a remuneração devida pelo trabalho, impondo-se a compensação de tais valores. Assim, remanesce como devida, na presente execução, apenas o valor correspondente aos honorários advocatícios fixados na fase de conhecimento (R\$ 744,65, atualizado até 11/2014).

4. Nesse momento processual, não prospera o acolhimento da compensação alegada, ante a necessidade de preservação da coisa julgada produzida nos presentes autos.

5. Ainda que assim não fosse, cabe destacar que não há se falar em desconto das prestações correspondentes ao período em que a parte autora tenha recolhido contribuições à Previdência Social, após a data do termo inicial, eis que a parte autora foi compelida a laborar, ainda que não

# Superior Tribunal de Justiça

estivesse em boas condições de saúde. Nesse sentido: TRF 3º Região, OITAVA TURMA, APELREEX - APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 2095604 - 0002042- 50.2011.4.03.6003, Rd DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI, julgado em 03/10/2016, e-DJF3 Judicial 1 DATA: 18/10/2016.

6. Tendo em vista o resultado do julgamento, é devida a condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios.

Em conformidade com o disposto no art. 85 do NCPC e com o entendimento desta Corte, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor dado à causa (R\$ 9.416,44 - correspondente à diferença entre os cálculos do embargado e os do embargante).

7. Descabe a condenação da autarquia às penalidades por litigância de má-fé, eis que não evidenciado qualquer espécie de comportamento doloso apto a justificar a condenação pretendida.

8. Apelação parcialmente provida.

Embargos de declaração não providos.

A parte recorrente sustenta ofensa aos artigos 11, 489, II, e 1.022, I e II, do CPC/2015, afirmando que o Tribunal de origem, apesar da oposição dos embargos de declaração, não se manifestou sobre a negativa de vigência dos artigos 11, 42, 46, 59 e 60, § 6º, da Lei n. 8.213/1991, bem como os artigos 502, 503 e 505, do Código de Processo Civil/2015, e os artigos 884 e 885 do Código Civil.

Quanto à questão de fundo, alega violação dos arts. 11, 42, 46, 59, 60, § 6º, da Lei n. 8.213/1991; 502, 503 e 505 do CPC/2015; arts. 884 e 885 do CC/2002, sob os seguintes fundamentos: (a) inadmissível a concomitância de atividade remunerada com a percepção de benefício por incapacidade, devendo, portanto, ser descontado, na apuração dos valores atrasados decorrentes da concessão de benefício por incapacidade, do período em que o segurado exerceu atividade laborativa remunerada, sob pena de enriquecimento sem causa; (b) não há falar em desrespeito ao título judicial, uma vez que a questão do desconto do período laborado não foi objeto da lide na fase de conhecimento, portanto não houve preclusão sobre a matéria; (c) inexistindo decisão judicial afastando o desconto do período laborado não há coisa julgada, e o desconto deve ser aplicado no momento da execução do julgado.

Sem contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Sem contraminuta.

É o relatório. Decido.

Não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022 do CPC/2015, pois a recorrente não demonstrou qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem, se limitando a afirmar que o Tribunal de origem não se manifestou sobre determinados artigos de lei. Incide à hipótese a Súmula 284/STF. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. TRIBUTÁRIO. DESPACHO ADUANEIRO. DIREITO ANTIDUMPING. SÚMULA 323/STF. NÃO INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em

# Superior Tribunal de Justiça

09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 1.022, do Código de Processo Civil, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

III - A quitação dos direitos antidumping é requisito para perfectibilização do processo de importação. A retenção de mercadorias e a exigência do recolhimento de tributos e multa ou prestação de garantia integram a operação aduaneira. Inaplicabilidade da Súmula 323 do Supremo Tribunal Federal.

IV - Honorários. Não cabimento.

V - Recurso Especial provido (REsp 1.728.921/SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 24/10/2018).

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1022 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. No que se refere à alegação de infringência à Súmula, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, restando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF.

3. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que, sobrevivendo extinção da execução fiscal em razão do cancelamento da certidão de dívida ativa após a citação válida do executado, a Fazenda Pública deve responder pelos honorários advocatícios, em homenagem ao princípio da causalidade. Precedentes: AgRg no AREsp 791.465/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016; REsp 1648213/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/04/2017.

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.134.984/MG, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2018).

Quanto à alegada violação dos arts. 11, 42, 46, 59 e 60, § 6º, da Lei n. 8.213/1991; 502, 503 e 505 do CPC/2015; 884 e 885 do CC/2002, o acórdão recorrido nada disse a respeito dos mencionados dispositivos legais, a despeito da oposição de embargos de declaração, razão pela qual se mostra ausente o indispensável prequestionamento, atraindo a incidência da Súmula 211/STJ.

Outrossim, quanto à questão de fundo, o julgador *a quo* ao solver a controvérsia o fez aplicando entendimento fixado no REsp n. 1.235.513/AL, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que "nos embargos à execução, a compensação só

# Superior Tribunal de Justiça

pode ser alegada se não pôde ser objeto no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada" (fl. 129), contudo, tal fundamento não foi impugnado nas razões do recurso especial.

A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado impõe o desprovimento do recurso especial, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, aplicável por analogia. No mesmo sentido confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 07/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTS. 7º, 9º, 10º, 436 E 437, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal de reconhecer a ocorrência de cerceamento de defesa, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07/STJ.

III - É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

IV - O recurso especial possui fundamentação vinculada, não se constituindo em instrumento processual destinado a examinar possível ofensa à norma Constitucional.

V - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.809.083/PR, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 26/9/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

